



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 39ª  
(TRIGÉSIMA NONA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 12 DE MAIO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Antes de darmos início aos trabalhos, convido a todos os presentes a prestarmos um minuto de silêncio em memória da jornalista, ex-servidora desta Casa e do meu gabinete, Lidyane Arantes Andrade. Peço a todos os presentes que fiquem de pé e em silêncio por um minuto.

(O Plenário observa um minuto de Silêncio.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas, sem observações, as seguintes:

- Ata da 35ª Sessão Ordinária;
- Ata da 36ª Sessão Ordinária;
- Ata da 37ª Sessão Ordinária;
- Ata da 38ª Sessão Ordinária;
- Ata da 10ª Sessão Extraordinária.

Conforme o Ato da Mesa Diretora nº 29, de 28 de abril de 2015, o Deputado Joe Valle, do PDT, está em missão oficial entre os dias 12 e 14 de maio representando esta Casa no evento denominado AgroBrasília.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

A Deputada Liliane Roriz comunica a este Plenário a sua participação na Feira Agropecuária Agrobrasília Feira Internacional dos Cerrados, no Parque Tecnológico Ivaldo Cenci, localizado no PAD-DF, motivo pelo qual estará ausente da sessão ordinária de hoje.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho visitado postos de saúde aqui no Distrito Federal. Ontem visitei três e fiz um levantamento de medicamentos que estão faltando nos postos de saúde. Não são poucos medicamentos. São muitos! Tenho uma lista aqui. Só para os senhores e as senhoras terem uma ideia, em 75% dos postos de saúde não há álcool, não existe luva de procedimento, máscara cirúrgica, benzilpenicilina, brometo de escopolamina, comprimidos de Enalapril e vai por aí. São mais de sessenta medicamentos que estão faltando. Falta até dipirona! Nem dipirona há mais nos postos de saúde, e o mais grave: está faltando papel higiênico. Falta toalha de papel para os servidores ou quem vai ao hospital



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

enxugarem as mãos após lavá-las. Portanto, não há nada. Não há absolutamente nada nos postos de saúde.

Pasmem: não existe, nos postos de saúde, o kit de diagnóstico rápido da dengue. E a verdade é que há hoje uma verdadeira epidemia de dengue no Distrito Federal. Sei de casas em que há quatro pessoas com dengue. E não há o kit rápido, que detecta a doença em vinte minutos.

Mas o mais grave é que assisti ontem a uma entrevista, no jornal da noite da *TV Record*, em que o repórter Braga, apresentador do programa, mostrou a situação da saúde e ouviu o Dr. Bisol, Promotor de Justiça de Defesa da Saúde, que era muito diligente na época dos outros governos e ontem assumiu o papel de porta-voz do Rodrigo Rollemberg, quando disse que a culpa era do governo anterior.

Quero dizer ao Promotor Jairo Bisol, ao Governador Rodrigo Rollemberg e à população, Deputado Agaciel Maia, que a culpa é exatamente do Secretário de Saúde do Distrito Federal. Fiz uma pesquisa no Sigo e, na data de hoje, temos em caixa, só no Fundo de Saúde, que poderá ser usado a qualquer momento, R\$443.102.614,40 (quatrocentos e quarenta e três milhões, cento e dois mil, seiscentos e quatorze reais e quarenta centavos). Esse valor está hoje no Fundo de Saúde. Até agora, com os recursos que foram destinados pelo Ministério de Saúde ao Fundo de Saúde, para compras emergenciais, inclusive de medicamentos, eles não tiveram a capacidade de comprar, de gastar... Na verdade, gastaram 0,6% – menos de 1% – do dinheiro que existe lá para ser gasto.

Portanto, é gravíssima a situação da saúde. Desses 443 milhões, no Banco de Brasília há R\$45.875.677,73 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos). Há também no Banco de Brasília R\$108.566.089,18 (cento e oito milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, oitenta e nove reais e dezoito centavos). No Banco do Brasil, R\$35.307.170,17 (trinta e cinco milhões, trezentos e sete mil, cento e setenta reais e dezessete centavos). Na Caixa Econômica Federal, R\$547.766,95 (quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos).

E tem CDB! Quem aplica em CDB não precisa do dinheiro. Enquanto a população está morrendo, há aplicados em CDB, R\$3.305.091,23 (três milhões, trezentos e cinco mil, noventa e um reais e vinte e três centavos) e R\$198.767.912,43 (cento e noventa e oito milhões, setecentos e sessenta e sete mil, novecentos e doze reais e quarenta e três centavos).

Na poupança, há R\$31.840.216,17 (trinta e um milhões, oitocentos e quarenta mil, duzentos e dezesseis reais e dezessete centavos). Em um fundo de curto prazo, há R\$18.892.690,54 (dezoito milhões, oitocentos e noventa e dois mil, seiscentos e noventa reais e cinquenta e quatro centavos).

Portanto, Deputado Agaciel Maia, dinheiro, existe! O Governador Rodrigo Rollemberg dizia, quando era candidato, que havia dinheiro, mas faltava gestão. Eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

agora digo e repito: dinheiro há, e eu estou provando. Falta gestão e falta vergonha na cúpula da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, que deveria, já que o Governador não tem coragem de demiti-los, pedir demissão e pedir desculpas à população do Distrito Federal pelas pessoas que estão morrendo por falta de atendimento, sendo que há recursos hoje na Secretaria de Saúde e não se compra o que está faltando.

É grave essa situação, e eu pergunto: onde está o Ministério Público, que não faz absolutamente nada?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, todos os presentes, o que me traz a esta tribuna é a indignação pelo não cumprimento da Lei nº 5.417, de 2014, de minha autoria, que dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados em concurso público para o cargo de professor de educação básica, na rede pública de ensino do Distrito Federal, nas hipóteses de aposentadoria e criação de novos cargos de professor.

É muito triste saber que essa lei, sancionada em 2014, ainda não foi obedecida por quem deveria dar exemplo de obediência às leis. O que essa lei diz é que o professor aposentado deve ser substituído por um professor oficial, um professor concursado e jamais por um professor temporário.

Isso é óbvio, porque o professor temporário substitui aquele que quebrou o braço, aquele que tem uma dor de barriga, aquela que engravidou. O professor temporário só pode substituir um professor que esteja afastado temporariamente. E o professor aposentado não tem expectativa de retorno à sala de aula.

Quando fizemos essa legislação, entendemos que a demanda por professores era sempre crescente, já que é sempre crescente a nossa população, por isso nós adotamos a lei: professor aposentado gera professor concursado, nomeado.

Desde o início do ano, o governo vem convocando professores temporários para assumirem os espaços. Ao todo, são 6.500 profissionais que vão assumir essas vagas ditas provisórias. Acontece que há um concurso vigente desde 2013 com professores concursados na fila de espera que têm que ser nomeados de acordo com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

a lei. Não é possível que um professor temporário ocupe as vagas dos professores aposentados. A lei não mais permite isso.

Essa lei, Deputado Wasny de Roure, foi feita para corrigir uma distorção histórica no Distrito Federal porque aqui, desde sempre, o governo se utiliza do professor temporário para cobrir os espaços dos professores que morreram ou que se aposentaram. Isso é muito ruim.

Eu quero saber quando é que nós vamos cumprir essa lei. Eu quero saber quantos professores se aposentaram desde o início do ano. Então eu preciso saber se o governo tem uma projeção de quantos vão se aposentar até o fim do ano para que ele se planeje. Essa é uma legislação, Deputado Wasny de Roure, que força o Estado a se planejar. A falta de planejamento é um câncer do Estado brasileiro.

Enquanto isso, o que me irrita mais é que muitos desses professores temporários que estão sendo convocados são os mesmos que passaram no concurso e estão esperando a nomeação para a vaga que agora eles ocupam como temporários.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Israel, eu quero cumprimentar V.Exa. primeiramente pela lei, que foi uma belíssima vitória, uma belíssima iniciativa, até porque parece que brincamos com a Constituição Federal. O acesso ao serviço público é via concurso público. Os servidores, no caso, os professores, querem entrar na rede pública. É interessante que aquilo que custa tão caro, que foi tão laborioso, de repente, é tão negligenciado pelo Estado. Não conseguimos entender em que lógica de raciocínio o Estado opera nessa situação.

Uma coisa que me incomoda profundamente também é a passividade, nessa matéria, do Ministério Público. O Tribunal de Contas tem de ter também uma atitude mais operosa nesse sentido. Na educação pública do Distrito Federal, a utilização do mecanismo de contrato temporário – que é uma situação absolutamente emergencial, para ser feita ocasionalmente – se transformou numa rotina.

Nós precisamos dizer em bom e alto som que o concurso público é ainda a melhor porta de entrada para o serviço público, para a escola pública. Precisamos ter isso claro para que a pessoa, o servidor, faça de fato carreira e não trate a educação como atividade ocasional, mas sim a atividade prioritária da sua vida profissional, para que a educação seja de fato aquilo que queremos encontrar, Deputado Prof. Israel. Uma das questões que mais têm me impressionado na escola pública é a dedicação dos professores diante das necessidades que a escola precisa atender, seja a necessidade individual do estudante, a necessidade material ou a necessidade das instalações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

O projeto de lei de V.Exa., no lugar de ser elogiado, no lugar de ser reconhecido e publicizado, estamos vendo muitas vezes uma tentativa de boicote via terceirização. O Congresso Nacional está dando agora guarida a essa metodologia, que, do meu ponto de vista, é um enorme prejuízo para um Estado Republicano.

Muito obrigado.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

A Lei nº 5.417, de 2014, precisa ser cumprida porque senão o Poder Legislativo fica absolutamente desmoralizado. Essa lei foi aprovada, foi sancionada e hoje ela não permite mais que professores temporários ocupem vagas de professores que se aposentaram ou que faleceram. A lei garante isso. Então, nós vamos tomar as medidas cabíveis porque, até aqui, todas as minhas indagações ao Governo, à Secretaria de Educação, à Secretaria de Administração foram solenemente ignoradas, mas nós estamos do lado da lei, e é meu dever, como Parlamentar, zelar pelo cumprimento da legislação.

DEPUTADO DR. MICHEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Israel, eu quero parabenizá-lo porque, sempre que V.Exa. ocupa essa tribuna, traz alguns assuntos que realmente afligem a comunidade. E esse é um assunto que aflige a comunidade, principalmente os professores. Por quê? Porque nós temos uma lei e sabemos que o professor temporário é necessário, desde que não ocupe as vagas de pessoas do quadro que se aposentaram ou faleceram.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – E não existe a expectativa de retorno. Então não há um afastamento temporário.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sim. Não é um afastamento. Isso se trata de vaga permanente que tem que ser ocupada por um concursado. Nós, quando fizemos a Lei do Concurso – e V.Exa. é um dos mentores dessa lei –, uma das coisas em que bateremos é que o concurso é o meio hábil para entrar, mas refiro-me ao concurso permanente. Nós vemos aqui a galeria cheia de concursados, com pessoas querendo ser nomeadas, o que não acontece.

Eu quero parabenizar V.Exa. e, como diria o Deputado Aylton Gomes, quero ombrear-me a V.Exa. para que possamos fazer valer a lei. Se a lei proíbe, por que estão fazendo isso? Qualquer documento que V.Exa. vá assinar quero ajudar a fortalecer, não que o senhor precise, mas estamos prontos para assinar e cobrar do governo, cobrar do secretário uma resposta do porquê disso. É inadmissível, Deputado Prof. Israel!





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Solidarizo-me a V.Exa. e digo que realmente, quando V.Exa. ocupa essa tribuna, faz a diferença. E é disso que precisamos.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Agradeço o aparte do Deputado Dr. Michel.

Para encerrar, cumprimento o pessoal do Metrô e quero dizer que estamos juntos nessa luta. Os debates sobre a derrubada do veto ao Projeto de Lei nº 2.035, de 2014, na reunião de hoje do Colégio de Líderes, evoluíram bastante. Eu creio que chegaremos a uma boa solução.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Aproveitando a fala de V.Exa., quero dizer que conversamos na reunião de Colégio de Líderes sobre o veto relativo ao Projeto de Lei nº 2.035, de 2014, que diz respeito ao pessoal do Metrô que aqui está. Quero fazer essa referência porque hoje esse tema se adiantou muito na reunião, e esta semana voltaremos a discuti-lo para que, na próxima semana, a Casa já tenha condições de fazer a derrubada desse veto.

Então fica aqui o nosso compromisso de realmente ver resolvida essa questão do pessoal do Metrô. Eu tenho certeza de que ela é de suma importância. Voltaremos a falar desse tema nesta semana.

Muito obrigado.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – O Líder foi muito sensível hoje à questão, e eu vejo que essa *via crucis* de vocês está próxima do fim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Prof. Israel.

Quero aqui também saudar todos os aprovados no concurso do Metrô que estão lutando pela derrubada do veto ao Projeto de Lei nº 2.035, de 2014. Quero dizer, como Líder do Bloco Amor por Brasília que todos os Deputados do bloco, eu, o Deputado Julio Cesar, a Deputada Luzia de Paula, o Deputado Lira e o Deputado Bispo Renato Andrade, estamos trabalhando incansavelmente para que a derrubada desse veto dê a possibilidade de vocês serem contratados pelo Metrô.

O que nós não podemos aceitar é que as estações de metrô, como diversas vezes a imprensa tem colocado, tenham que liberar a catraca porque não há servidor para vender os vales do metrô ou até mesmo para fazer a segurança.

Quero parabenizar a mobilização de vocês e dizer que a Câmara Legislativa, este espaço, é de vocês, esta é a Casa do povo. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, Líder do Bloco Força do Trabalho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, inicialmente eu gostaria de falar para vocês que estão na galeria que podem contar com o meu apoio lá na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Vou votar e vou lutar para que vocês sejam efetivados. (Palmas.)

Todos sabem aqui que não sou afeito a me pronunciar sobre nota de jornal ou sobre reportagem de rádio e televisão, mesmo porque eu já sou bastante calejado em assuntos como esses. Mas eu achei que precisava falar hoje, porque nós estamos banalizando a mentira – não só banalizando como também propagando. Às vezes um fundamento tão simples, básico, como perguntar, não é observado. Acho que Brasília toda sabe o meu celular – 99822422. Quando forem falar alguma coisa, pelo menos me perguntem se é verdade: “Deputado Agaciel Maia, estão falando isso. Isso é verdade?” Acho que isso é uma coisa elementar, básica, que todos precisam fazer. Mas normalmente, quando não interessa, as pessoas não perguntam.

Ora, engrenaram uma história tão engenhosa! Os colegas e o meu bloco, que me conhecem, sabiam, desde a gestação da CPI do Transporte, que eu não queria participar dela. Já que tenho todas essas atividades como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, como relator dos principais projetos do governo e dos Deputados, eu não acrescentaria todas essas atribuições. Mesmo porque, eu precisaria de algum tempo, pois todos sabem que tenho feito visitas periódicas a minha mãe, que já está com idade avançada, no Rio Grande do Norte, e tenho que me afastar às vezes. Não tinha nenhum interesse de participar da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte aberta semana passada. Desde quinta-feira se sabia disso, e se sabia também que o único dos cinco Deputados do bloco que pleiteava a participação era o Deputado Raimundo Ribeiro.

Mas, Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu fui surpreendido antes de ontem com uma reportagem que dizia que o Filippelli tinha ligado para o Presidente Sarney, que tinha ligado para mim para que eu integrasse a CPI como membro, para defender os interesses da área de transporte. E desceram o cacete, falaram à vontade. Eu falei: “Poxa, mas que mente fértil!”

Essa história não combina, não bate, os colegas sabem muito bem que ela é fantasiosa. Mas mesmo assim esbravejaram muito, muitas pessoas me ligaram para saber se isso era verdade ou não. O membro do Bloco Força do Trabalho, e já se sabe disso desde a quinta-feira passada, é o Deputado Raimundo Ribeiro.

Nós não encontramos nos fatos, e contra fato não há argumento, alguém que vá dizer isso. Poxa, o que se falou não é verdade, tudo isso é fantasioso. Acompanhei essa história toda, e é uma mentira que não se submete a nenhum raio de luz porque ela não prospera, pois não é verdade, não combina. Se houvesse alguma coisa que combinasse, tudo bem, mas nada disso combina.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Eu não queria usar espaço, nem costume usar, para debater esse tipo de assunto ou para debater nota de jornal, mas a coisa está tão banalizada, a facilidade de mentir, de se propagar mentiras está tão grande...

Eu acho que nós padecemos disso porque ainda não temos a TV Câmara Legislativa, o que permite a invenção de fatos. Se houvesse a TV transmitindo todos esses aspectos inerentes à Câmara e divulgando-os para toda Brasília, ninguém iria dizer uma mentira, porque a pessoa diria: "Não. Eu vi pela TV Câmara Legislativa, e não é nada disso que estão falando". Isso acaba por extirpar esse tipo de invenção. Por isso eu também aproveito para pedir, para cobrar isso.

Sabemos que hoje todos os legislativos brasileiros têm televisão. Hoje, são mais de oitenta TVs legislativas. Eu participei da primeira, que foi a *TV Senado* – a primeira TV legislativa da América Latina. Até câmaras de vereadores de cidades brasileiras com 30 mil habitantes têm uma TV. E quando há TV, gente, transmitindo para a cidade toda, não dá para inventar. É fato.

Nós ainda estamos padecendo disto: primeiro, a falta de um fundamento básico que é perguntar à pessoa se aquilo é verdade; segundo, a falta da TV, que vai colocar uma luz sobre os Deputados.

É o melhor instrumento de democratização, fiscalização e avaliação de Deputados, porque pode-se acompanhar os trabalhos das comissões, saber se o Deputado está presente, sem precisar a mídia vir para fiscalizar quem está ou não presente, pois, quando abrirem a Câmara, todo mundo que estiver assistindo vai dizer: "Ei, Deputado tal está presente, Deputado tal não está presente". Todos esses malefícios que padecemos no dia a dia serão extirpados com a transmissão ao vivo de todas as comissões da Casa e das atividades de plenário. Não será preciso fiscalizar a presença, porque toda a população verá quem está ou não no plenário.

Os cidadãos brasilienses, os eleitores vão fazer uma avaliação do trabalho de cada Parlamentar, mandá-los para casa, reconduzi-los ou promovê-los de acordo com o seu desempenho profissional.

Portanto, a comunicação da Casa é urgente. É urgente que façamos isso, seja qual for o mecanismo, mas nós precisamos que os trabalhos das comissões, que as atividades de plenário da Casa sejam divulgados para toda a população de Brasília.

Era isso que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Em primeiro lugar, eu quero aqui, em nome de todos os servidores e em nome dos Parlamentares, apresentar nossas condolências à família, aos amigos, aos companheiros da nossa amiga Lidiane, que, nesse final de semana, perdeu a vida de forma trágica e prematura. Sentimos muito. Sabemos que é uma perda irreparável, especialmente para o seu gabinete, de uma pessoa que todos na Câmara dizem ser especial. Lamentamos muito. Com certeza absoluta, Deus dará à família e aos amigos o conforto, e a ela o descanso que merece.

Em segundo lugar, eu quero aqui me colocar a favor da derrubada do veto do Projeto de Lei nº 2.035 e inclusive já orientar o meu bloco para que, além de votar dessa forma, peça aos demais companheiros que lutem por isso.

Serei mais enfático, Sr. Presidente. Eu quero conclamar todos os nossos companheiros a que, para o bem de Brasília, não permitamos que esse veto permaneça, pois o prejuízo não será para esses candidatos; o prejuízo será para o Distrito Federal. Brasília está parada.

Eu tenho conversado muito com o Líder do Governo, que é um dos Deputados mais conscienciosos que há nesta Casa, alguém sensível a todos os problemas, e quero dizer, Deputado Julio Cesar, que eu tenho certeza absoluta de que com a sua habilidade, com a sua sensibilidade, não precisaremos ir para o voto. Esta Casa não precisará divergir, porque o senhor encontrará um ponto de equilíbrio, um acordo, para que esse veto seja derrubado na próxima semana, para que não percamos mais tempo. Então, tem o nosso compromisso de que faremos isso.

Para concluir, não tão rapidamente, me chama atenção, Sr. Presidente, e isso tem sido quase que frequente, que temos ouvido, a imprensa tem dado sistematicamente acusações – que ora são feitas por assessores, ora são feitas por pessoas ligadas ao Governador – de que esta é a casa da barganha. Toda vez que se diverge do governo é porque você estava querendo tomar alguma coisa. O governo não deu, você votou contra. Aí, é um problema de todos os 24 Deputados.

Se analisarmos a coluna *Eixo Capital* do dia 9 de maio, lá traz uma matéria chamada “Genro no Ataque”. Eu vou resumir, mas olha só o que diz aqui: “Para contestar o ex-Deputado” – se referindo ao Deputado Alírio Neto – “o genro de Rollemberg disse que a Oposição na Câmara Legislativa se posicionou contra a diminuição de regiões administrativas porque está acostumada a apadrinhar políticos no governo e perderia cabides de emprego”.

Então, vamos deixar bem claro que foram os 24 Deputados que foram acusados, os 24! Porque os 24 Deputados se posicionaram contra a redução das administrações ouvindo as suas bases. E aí? Foi barganha? O que aconteceu? É bom que cada Deputado, principalmente os da Base, cobre do Governador um posicionamento. Será que isso aqui é uma manifestação apenas do genro dele ou isso aqui é uma conversa de família?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

A coisa começou a tomar uma dimensão enorme. Temos que começar a nos preocupar.

DEPUTADO DR. MICHEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, o senhor é Líder do meu bloco, eu respeito muito o senhor. Eu não poderia deixar de fazer um aparte a respeito dessa matéria.

Isso é um absurdo. Ninguém está aqui atrás de cargo. Tanto é que estou há cinco meses fora do governo e não tenho cargo nenhum, e sou contra o desfazimento das administrações. A nossa luta aqui é para que o Estado esteja perto do povo. É para que a administração seja uma representante do Governador nas localidades. Aqueles fatos que são consolidados não podem ser retirados porque senão é retrocesso. Ninguém aqui está atrás de cargo.

Acredito que até o pessoal que hoje está na Base não deve aceitar um fato como esse. Então estão dizendo que o pessoal que tem administração hoje, que indicou, estava barganhando com o governo. Porque eu não barganhei. Eu não tenho cargo no governo, eu não barganhei nada. V.Exa. sabe disso. E os que têm cargo então, vão deixar isso aí? Eu acho que deveria, cada um que tem cargo no governo, olhar para essa reportagem e saber se estão fazendo ou não barganha. Porque é inadmissível, os 24 Deputados que aqui estão, todos eles, foram contra a diminuição das administrações. Alguns foram mais incisivos, outros menos. Mas isso é característica de cada um. Mas, vir querer generalizar... Dê nome aos bois. Dê nome aos bois!

Eu sempre disse nesta Casa, quando ainda era da Base de Agnelo, quando se falava alguma coisa de Deputado, que se desse nome aos bois. Aqui se jogou farinha ao vento, desgraçou. Meu amigo Deputado Agaciel Maia subiu agora mesmo para ver, porque uma reportagem desgraca a vida. Nós não temos voz para poder falar.

Agora, V.Exa. Está com muita proficiência nesse seu discurso a respeito dessa reportagem. Aqueles que têm cargo no governo, principalmente, deveriam ocupar a tribuna porque se não os eleitores deles ficarão meio lá, meio cá, “será que é verdade?”. Eu acredito em todos os 24 que estão aqui. São trabalhadores, são parceiros e querem sim participar do governo. Há uma diferença muito grande em participar do governo e barganhar com o governo.

Eu sempre disse nesta Casa e V.Exa. lembra, sou da Base, mas não sou capacho. Aqui dentro não tem capacho de Governador, aqui dentro tem representante do povo. Aqui dentro tem pessoas que têm voto, que foram sufragadas nas urnas. O povo deu a eles o direito de representá-los, e não de barganhar. Eu não barganho. Porém, sou contra a diminuição das administrações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Num País em que há descentralização tem que ter mais administração, porque o Estado não é onipotente. Ele não pode. O Governador e o governo não são onipotentes. Eles não podem estar em todos os lugares a todo momento. Portanto, tem de haver representantes dele nos rincões mais longes dessa cidade, para que o Estado esteja presente e faça suas vezes. Onde o Estado está tem mais educação, mais segurança, mais saúde. Eu pergunto: onde está o Estado? Porque não tem segurança, não tem saúde, não tem educação. Onde está o Estado nesse momento?

Eu quero aqui me ombrear com V.Exa. contra essa reportagem, independente de quem quer que seja que falou, porque não podemos aceitar isso. Principalmente nós, Deputados, que não estamos do outro lado e nem somos puxadinhos do outro lado. Agradeço muito pelo aparte e quero ombrear-me com V.Exa. para dizer a minha raiva, vamos dizer assim, por uma reportagem como essa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, eu quero me associar ao Deputado Dr. Michel. Fui uma das pessoas que puxou esse debate aqui dentro da Casa. Tenho absoluta responsabilidade e nunca fui lá pedir ao governo cargo. É verdade que, por estarmos na vida pública há muitos anos – essa é outra questão –, muitas vezes são abordadas demandas, mas nós nunca encaminhamos. Mas o que se precisa levar em conta é que as administrações são o principal elo de contato da população, principalmente a desinformada, que é a mais exposta e sacrificada, seja para resolver o problema de um quiosque, de um trabalhador de rua, de um buraco. Quem a população irá procurar se não for a administração regional?

Portanto, assim como para a população do Lago Norte é importante ter sua administração, ela é também importante no Varjão. No Varjão também há buraco, no Varjão também há conflitos de vizinhos e, muitas vezes, a administração precisa ir lá resolver. Então, acho que foi uma atitude infeliz das pessoas que se manifestaram. É mais digno o governo admitir que reconheceu alguns outros elementos em que até então não tinha pensado. Isso é uma democracia. Todavia, em toda a questão que nos posicionarmos em desacordo com a leitura do governo, estamos aqui para apedrejá-lo? Não. Estamos aqui para ajudarmos a construir o que é melhor para Brasília, inclusive nas correções necessárias.

Hoje, ao fazer o debate sobre projeto de convênio que envolve energia eólica, questão de medicamento para câncer, equipamentos médicos, etc., nós verificamos que o governo ampliou o leque dos produtos beneficiados. Portanto, há benefícios fiscais que serão concedidos por esse convênio de ICMS. É necessário que o governo informe qual será a renúncia fiscal. Ora, o fato de indagar o governo é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

uma obrigação, porque se o governo não prestar essas informações, o próprio Ministério Público irá questioná-lo por estar encaminhando matérias com informações incompletas e imprecisas. O Ministério Público não está arguindo que foi na época do Governo Cristovam a questão da LDO no que diz respeito aos 33 projetos dos servidores públicos?

Portanto, Deputado, eu creio que é tornar residual esse raciocínio. Infelizmente, as pessoas, às vezes, tratam a Câmara sempre pelo lado negativo. É uma pena que tratam aquilo que é o espaço privilegiado da democracia como se fosse residual. Talvez, o regime totalitário ainda fascine tantas pessoas no nosso País.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado. Incorporo o pronunciamento de V.Exa., com muita coerência, ao meu.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, em primeiro lugar, eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. A coluna *Eixo Capital* é uma das mais respeitadas do Distrito Federal. Essa coluna é da jornalista Ana Maria Campos, uma jornalista extremamente bem informada e que fez pesquisa. Esse cidadão vinha insultando os Deputados já há alguns dias, só que eu não sabia que ele era genro do Governador Rodrigo Rollemberg. O ex-Deputado Alírio Neto fez uma pesquisa e descobriu que ele é genro dele, inclusive é terceiro-sargento dos bombeiros.

Portanto, em meu nome, e creio que em nome dos quatro Deputados do Partido dos Trabalhadores – Deputado Wasny de Roure, Deputado Ricardo Vale e Deputado Chico Leite –, eu quero dizer que não aceito essa pecha de que nós somos contra a redução das administrações porque queremos boquinha no governo. Eu não quero absolutamente nada. A única coisa que eu quero do Governo Rollemberg é que respeite a gente.

É muito ruim quando a família se mete, porque o genro é um desinformado, não sabe absolutamente nada do que se passa por aqui, e vem se meter na discussão sem saber qual o objetivo do que estávamos discutindo aqui. Nós fizemos um levantamento e ouvimos a comunidade. A comunidade é contra a redução. O que queremos é equipar as administrações: colocar máquinas, contratar arquitetos e engenheiros através de concurso público. É isso que nós queremos, para que as administrações possam dar as respostas de que a comunidade precisa. É isso que nós queremos.

A administração não é capitania desse ou daquele Deputado. Eu tenho por norma, mesmo quando estava no Governo Agnelo, não indicar administrador. Vou até falar aos demais aqui. Se o administrador se der bem, ele vai ser candidato, mas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

se ele se der mal, o Deputado pega toda a pecha dos buracos. Ele não tapou, e o Deputado é que terminou deixando os buracos. Portanto, eu não quero, e já disse.

O Deputado Julio Cesar está perguntando: e o Ari? Ari foi uma indicação pessoal do Governador Agnelo e teve meu apoio, como terá qualquer administrador que estiver trabalhando bem, não importa de qual governo. E terá minhas críticas o que estiver trabalhando mal. Essa é a visão que eu tenho.

V.Exa. está de parabéns. Acho muito ruim o genro do governador se meter nessa discussão, desinformado. Deveria estar cuidando dos afazeres do Corpo de Bombeiros, e não nas redes sociais insultando a gente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Parabéns, Deputado Chico Vigilante. Incorporo ao meu pronunciamento o seu discurso. Também foi com muita coerência.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Parabéns, Deputado Wellington Luiz, por trazer esse assunto. No sábado eu tive a oportunidade de também ler essa matéria, e não compactuo com aquilo que foi dito. Faço das palavras do Deputado Dr. Michel as minhas, no sentido de que se há alguém que está querendo isso, que ele venha e dê os nomes dessas pessoas que querem fazer barganha.

Quando nós votamos, eu fui contra a redução das administrações. Quero deixar isso bem claro, como Líder de Governo. Eu fui contrário à redução porque, pelo debate que foi feito nesta Casa, chegamos à conclusão que não deveríamos reduzir as administrações. Isso não quer dizer que eu fiz isso para poder barganhar. As declarações que ele fez foram infelizes.

Eu quero me solidarizar com V.Exa. e dizer que esta Casa está demonstrando, na CPI do transporte, que não queremos nenhuma interferência do Buriti. Aqui não é um puxadinho do Buriti. Temos que tratar isso de maneira muito concreta, com muita seriedade. Ele foi muito infeliz e não compactuamos com isso. O nosso bloco Amor por Brasília, através do nosso Líder, rejeitamos essas declarações. Que ele venha a público e dê os nomes das pessoas que querem fazer barganha, porque nós não fazemos esse tipo de barganha.

Deputado Chico Vigilante, só esclarecendo, na época tínhamos ciência, pois o Ari sempre dizia: “Olha, quem me indicou foi o Deputado Chico Vigilante”. Por isso eu fiz a pergunta a V.Exa.

Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Parabenizo o nosso Líder, o Deputado Julio Cesar. Mais uma vez aumenta minha admiração por S.Exa. exatamente por essa isenção, por essa transparência e por concordar com aquilo que realmente é correto.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Então, o meu muito obrigado. Não esperava outra atitude, e não posso deixar de registrar mais uma vez a postura exemplar de um Líder do Governo. Eu me sinto liderado por S.Exa. exatamente por essa conduta que exemplifica todos os Parlamentares. Parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado Wellington Luiz, parabênz V.Exa. pelo excelente pronunciamento. Essa declaração demonstra total desconhecimento desse cidadão sobre o que aconteceu nesta Casa. Na realidade, quem foi contra a extinção das administrações regionais não foram só os Deputados. Foi a população, que veio aqui numa comissão geral e disse “não” ao projeto de extinção das administrações regionais. Então, quer dizer que a sociedade está barganhando com o governo? Quer dizer que aqueles que vieram aqui para defender a manutenção das suas administrações regionais estão tentando barganhar com o governo?

Quero com toda a vênica – ele é cunhado não sei de quem – dizer o seguinte: esse cidadão não tem conhecimento real do que aconteceu. O que ele falou é uma falácia, e quer criminalizar esta Casa. O nosso Líder do Governo tem dito que aqui não é um puxadinho do Buriti. Aqui é um Poder independente que tem fiscalizado o governo. Podemos citar vários projetos que o governo mandou para cá, que foram consertados muitas vezes com substitutivos apresentados pela bancada.

Eu tenho a seguinte certeza: este não é o pensamento do Governador Rodrigo Rollemberg nem da sua equipe. Lamento – é o máximo que posso dizer nesta tribuna – a posição deste cidadão que, perdoem-me, tem um desconhecimento total do que está acontecendo no Distrito Federal. Eu acredito que ele deveria estar aqui acompanhando as sessões, já que quer se posicionar. Já que quer atacar um ex-Deputado, ele deveria estar aqui acompanhando as sessões da Câmara Legislativa para, em vez de falar mentiras e falácias, colocar o que esta Casa está fazendo em prol da população. O que for ruim para população, eu tenho certeza, os Deputados não vão aceitar.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Muito obrigado, Presidente. Também incorporo ao meu pronunciamento o discurso de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, quero parabenizá-lo pelo seu discurso e dizer o seguinte: eu tenho certeza de que esse não é o pensamento do Governador Rodrigo Rollemberg. Essa informação maculou toda a Casa, toda a Câmara Legislativa. Como se disse, que ele dê os nomes, porque não atacou o Alírio Neto, atacou a Câmara Legislativa do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Eu tenho certeza, aqui não há Deputados que queiram estar no governo apadrinhados, porque é ruim para quem não está, como se a gente quisesse fazer barganha, e é ruim para quem está, como se lá estivessem porque barganharam; como se lá estivessem porque estão recebendo alguma coisa para lá estarem. É um posicionamento ruim, péssimo para esta Casa. Eu tenho certeza de que há mulheres e homens honrados dentro da Câmara Legislativa, que jamais vão aceitar esse tipo de coisa.

E aqui eu falo por mim. Eu não sou homem que vou ao Palácio do Buriti, não sou parlamentar que frequenta o Palácio do Buriti e não pedi audiência ao Governador Rodrigo Rollemberg, ainda que o respeite, e respeite muito. Eu acho – já discurssei sobre isso há poucos dias – que os poderes têm que ser independentes. Irei lá, sim, todas as vezes em que for convidado para discutir aquilo que é bom para a cidade, para o Distrito Federal, Deputado Wellington Luiz.

Veementemente eu repilo aquilo que foi falado por esse senhor que sequer sei o nome dele. Tenho certeza de que esse não é o pensamento do nosso Governador Rodrigo Rollemberg. Nós não aceitamos aquilo que ali foi falado em hipótese alguma.

Muito obrigado, Deputado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade. Também não esperava ouvir de V.Exa. palavras que não fossem essas. Então, agradeço e também incorporo o seu discurso ao meu pronunciamento.

DEPUTADO DR. MICHEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Eu quero parabenizar o Líder. Geralmente o Líder não tem uma postura como o Deputado Julio Cesar teve. S.Exa. está de parabéns. Não poderíamos esperar uma postura diferente do Líder do Governo, que pelo muito que o conheço, não iria fazer barganha com o governo. Se S.Exa. hoje indicou alguém para o governo, foi para ajudar a governar para que tenhamos uma Brasília melhor. Então, o Líder do Governo não poderia ter uma postura diferente.

Estou aqui, neste momento, pedindo um aparte para parabenizar o Líder do Governo pela postura que S.Exa. adotou de contestar essa matéria.

Tenho certeza de que a própria Presidente desta Casa, a Deputada Celina Leão, ao ver uma matéria desse nível, também se posicionará contra, porque a Presidente não pode ver uma matéria como essa e não tomar um posicionamento, inclusive, se ele for servidor público, ela deveria interpelá-lo pelo que quis dizer.

Tenho certeza, como disse o Deputado Bispo Renato Andrade, de que o Governador Rodrigo Rollemberg não coaduna com essa reportagem. Nós precisamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

mostrar que nesta Casa não tem barganhador, que esta Casa é independente, que nesta Casa há homens e mulheres que foram eleitos para representar o povo e, se querem espaço no governo, é para ajudar o Governador a governar, e não para barganhar, até porque, eu, como Deputado, não faria barganha, não faço barganha e não sou barganhador. Eu quero, sim, trabalhar por uma Brasília melhor, ajudar este governo a sair do poço em que está para poder governar e melhorar a vida do meu próximo. Esse foi o meu propósito quando me candidatei.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wellington Luiz, eu quero fazer um esclarecimento importante: o Deputado Bispo Renato Andrade fez essa colocação, inclusive, para nós e, de imediato, eu já disse que esta Casa, em nome da Mesa Diretora, vai fazer uma nota oficial, esclarecendo as dúvidas que existem por parte dessa pessoa. Não sei se é sobrinho, se é filho, se é genro ou qual o parentesco que ele tem com o Governador.

De qualquer forma, isso não o exime de nenhuma colocação que faça sobre esta Casa. Acho muito importante esta Casa ser respeitada. O Deputado Dr. Michel fez uma colocação com muita verdade. Talvez esta seja a oportunidade de ele vir à Câmara Legislativa – não sei se ele conhece a Câmara Legislativa – e participar das audiências públicas, ouvir a população antes de falar tanta besteira.

Então, esta Casa vai, sim, tomar providências. Nós vamos fazer uma nota, sim, porque aqui não há Deputado que está fazendo barganha. Quando esta Casa toma a decisão de reprovar um projeto, é porque esse projeto não está em consonância com a vontade da população.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Muito obrigado, Sra. Presidente, pelo esclarecimento. Também não tinha dúvida nenhuma com relação a sua conduta.

Para concluir, Sra. Presidente, saio desta tribuna muito feliz. Primeiro, porque demonstramos que temos a capacidade de indignação. Nós não podemos admitir e permitir que mentiras cresçam e prevaleçam, porque quando se cala, consente.

Acho fundamental que venhamos aqui e mostremos – bem claro – o que fazemos e em nome de quem fazemos. Então, quero deixar bem claro: em hipótese alguma essa matéria pode ficar sem resposta – espero, sim. Quero ter a mesma certeza que V.Exa. tem de que isso não vai ficar só como uma conversa de família. Alguém tem de se manifestar para mostrar o que pensa o Buriti. Espero mesmo, porque temos ouvido frequentemente de assessores, de secretários coisas bem parecidas com o que foi dito pelo parente.

Esperamos que esta Casa cobre não só do genro, mas que cobre do Buriti uma resposta e que desminta coisas como essa, porque eu não quero ser taxado de bandido. Quem faz barganha é bandido e age como tal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Portanto, nós temos que deixar bem clara a nossa posição e sair daqui com um encaminhamento – qualquer que seja. Sra. Presidente, V.Exa. sabe muito mais do que eu o que deve ser feito para que, não só esse sargento do Corpo de Bombeiros – independentemente do grau de parentesco que tenha com o Governador –, mas também o próprio Buriti se manifeste sobre isso.

Muito obrigado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a V.Exa. que seja incluído como item extrapauta o Projeto de Lei nº 425, de 2015, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual no valor de R\$165.073.000,00.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero cumprimentar, neste momento, os nossos concursados presentes na galeria – o pessoal do Metrô – e dizer que vocês são bem-vindos à Câmara Legislativa. É democrático, é legítimo vocês se manifestarem, e esta Presidência está aqui para ajudá-los no que for possível.

Muito obrigada.

Mais algum Deputado gostaria de fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares?

O Deputado Julio Cesar solicitou a inclusão de um item como extrapauta, e eu acato a solicitação de S.Exa.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde aos meus Pares, boa tarde a todos, boa tarde à galeria. Realmente eu sei que os senhores estão ansiosos para que nós derrubemos esse veto. Com certeza, nós não sairemos daqui antes que esse veto seja derrubado. Podem ter certeza.

Quero também parabenizar os outros concursandos, o pessoal da Secult, o pessoal do Metrô, o pessoal que é concursado. Esse povo tem que ser nomeado. Nós já não aguentamos mais ver esse povo de pires na mão. Tem que estudar, tem que passar em concurso.

Deputado Prof. Israel, pisme o senhor. Não tem mais o que falar. Eu acho que esta Casa – acho não, eu tenho certeza – tem que tomar uma medida a respeito dessa questão de concurso. Se fez concurso, se existem as vagas...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Deixem eu falar, deixem só eu acabar. Vai ser bom para vocês, se não for, vocês vão. Não vão né? Senão não passo no concurso também. 2018 está aí, se eu não falar, eu não passo no concurso para ser reeleito. Me ajudem.

Vamos lá. O que eu quero dizer é que vocês precisam realmente ser nomeados. Não há como nós fazermos concurso, passarmos no concurso e não sermos nomeados. Então, eu quero me solidarizar aos senhores e quero que esta Casa se posicione a respeito dessa situação porque hoje todos os concursados do Distrito Federal estão passando, mas não estão sendo chamados. Nós precisamos tomar uma providência quanto a isso.

Outra situação: eu tenho dito aqui que tem uma música que diz: “mundo velho está danado, quem não for filho de Deus está na unha do capeta”. O Distrito Federal está entrando na unha do capeta no que diz respeito à segurança pública, e o povo é de Deus. Pasmem, Bispo! O povo do Distrito Federal é de Deus, mas está na unha do capeta.

Hoje, pasmem, independentemente de coloração partidária, eu digo aqui: a insegurança está chegando aos políticos. A esposa do Governador Roriz foi assaltada. Isso é um absurdo também. Vejam, vocês, está próximo. Precisamos tomar uma providência. Ela foi assaltada, juiz vai ser assaltado, político vai ser morto e ninguém toma providência. Já disse: bandido bom é bandido preso e sem regalia.

Hoje foi a Dona Weslyan, uma senhora distinta, uma mulher diferenciada no Distrito Federal de quem os bandidos não tiveram um pinga de pena. A mulher ficou estarecida dentro do carro, e eles ainda queriam tirá-la do carro. Fizeram uma barbaridade. Vejam o trauma que isso deve ter causado à vida dessa senhora.

Diante disso, eu venho aqui conchamar os senhores a nos unirmos em torno daquela moção em que eu venho dizendo: bandido bom é bandido preso. Menor tem que ir para cadeia. Essa história de que menor não comete crime é falácia. “Ah, menor tem que ir para a escola”. Os que querem ir para a escola têm que ir para a escola, os que não querem têm que ir para a cadeia porque menor comete crime, sim. A história é vir dizer que menor comete ato infracional. Matou não é homicídio, é ato infracional; roubou não é roubo, é ato infracional. Ato infracional chongas, mentira. É crime, e nós precisamos mudar isso. Eu estou falando. Ficam aí sem querer mudar. Não querem que a redução da maioridade penal passe porque acham um absurdo menor ir para a cadeia, mas não é um absurdo ele matar. Não é um absurdo ele roubar. Não é um absurdo ele fazer as atrocidades que faz. Aí não é absurdo. Dizem: “Ah, porque não teve opção”. Opção se cria. “Ah, porque o Estado é ruim para ele”. O Estado é ruim para todo mundo. Ele é um mau elemento; ele é muito é sem futuro, porque ele tem todas as condições de cavar as oportunidades dele e não faz isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Desculpem-me. Dizem: “Ah, mas é 1%”. Que bom. Manda 1% para a cadeia e os 99% que sobraram para a escola. Só isso que eu venho dizendo. Agora, bandido tem toda regalia: Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia da Páscoa. Só falta fazer o dia do bandido para eles saírem também de lá. Ah, pelo amor de Deus! Bandido tem que cumprir a pena na integralidade. Bandido tem que ir para a cadeia e mofar na cadeia. Mofar na cadeia.

Então, eu venho aqui dizer a vocês: ou nós nos posicionamos ou vocês vão ver! Vamos continuar na unha do capeta, apesar de sermos de Deus! Porque nós somos de Deus, nós não somos bandidos. Eles, não. Eles são filhos do diabo, filhos do capeta, e têm que ir para o inferno. Bandido bom é preso, para não dizer morto, senão podem até me cassar. Mas, se quiser morrer também, que morram! Eu não tenho nada a ver com bandido. Que se lasquem para lá!

Eu gostaria também de cumprimentar os enfermeiros. Hoje, dia 12 de maio, é Dia dos Enfermeiros. Hoje não se faz medicina só com médicos. Então, cumprimento os enfermeiros, porque muito nós já fizemos e muito ainda temos que fazer por eles. Temos a questão das 30 horas semanais, que, na rede pública, passará a ser 24/20. Mas, na rede privada, eles são massacrados. Precisamos de ver a condição de trabalho dos enfermeiros, precisamos de trabalhar junto ao governo, para que eles tenham um teto salarial. Hoje, o enfermeiro ganha uma miséria – R\$1.200,00 (mil e duzentos reais) – na rede privada, que só quer obter lucro. Precisamos ver essa situação.

Hoje é o Dia dos Enfermeiros, e quero parabenizá-los. Eu gostaria de dizer que eles são essenciais para a manutenção da saúde do ser humano, que eles fazem parte de um corpo clínico cuja função é manter a vida, bem maior que Deus nos deu.

Sra. Presidente, ainda temos outra comemoração no dia de hoje, que também é o Dia da Policial Feminina. Parabenizo todas as policiais que, com abnegação, vivem colocando a vida em jogo, para salvar as nossas. E continuo dizendo: bandido tem que ir preso ou ser até mesmo morto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas presentes na galeria, eu gostaria de dizer que sou solidário a vocês, que passaram no concurso e que até hoje estão esperando ser chamados. A meu ver, quando o governo realiza um concurso, tem que contratar, não pode deixar os candidatos esperando por tanto tempo, como vocês estão esperando. Por isso que é importante reaver o quanto antes esse PL.

Sra. Presidente, hoje estou aqui na tribuna com o intuito de chamar a atenção da sociedade como um todo para as questões ambientais. A todo momento,





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

uma nascente no Brasil e no Distrito Federal é soterrada e seca por conta do desordenamento populacional. Daqui a mais algum tempo, o Rio São Bartolomeu secará e, a exemplo do Rio São Bartolomeu, vários outros rios de Brasília vão secar por conta do descaso ambiental que ocorre todos os dias no Distrito Federal.

Então, peço que as autoridades tomem providências em relação a tudo isso, principalmente no que diz respeito ao aquecimento global. Preocupado com todas essas medidas ambientais, apresentei um projeto nesta Casa, o Projeto de Lei nº 239, de 2015, que está em tramitação nas comissões. Aproveito para pedir o apoio dos colegas Parlamentares para que esse projeto seja apreciado o mais rápido possível. Ele dispõe sobre a política distrital de preservação do meio ambiente, de combate ao aquecimento global e torna obrigatório o uso de sistema e procedimentos alternativos geradores de energia no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

Art. 1º Esta lei institui a política distrital de preservação do meio ambiente, de combate ao aquecimento global e às mudanças climáticas decorrentes da ação humana.

Art 2º Define-se política distrital de combate ao aquecimento global e às mudanças climáticas toda iniciativa pública ou privada que vise preservar o meio ambiente, a utilizar de forma consciente e racional a água, restabelecendo, dentro do possível, o equilíbrio climático e, conseqüentemente, a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

Parágrafo único. A política distrital a que se refere o *caput* deste artigo será implementada por meio de incentivos a práticas sustentáveis e pela obrigatoriedade de utilização de equipamentos que visem ao uso racional e alternativo de energia e água em edificações, no âmbito do Distrito Federal.

Art. 3º A política de combate ao aquecimento global a que se refere esta lei adota as seguintes definições:

I – Equipamentos de eficiência energética são sistemas de refrigeração de ar e/ou de aquecimento de água que utilizem fontes alternativas de energia em substituição a combustíveis fósseis, ou, ainda, que consumam menos ou preferencialmente nenhuma energia elétrica quando comparados a sistemas convencionais em uso;

(...)

III – São consideradas fontes alternativas de energia, para o disposto nesta lei: o sol, os ventos, o lixo, a biomassa ou qualquer material a estes equivalente.

(...)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Art. 4º Todas as edificações residenciais unifamiliares com área construída igual ou superior a 200 m<sup>2</sup> ficam sujeitas à obrigatoriedade de instalação de equipamentos de eficiência energética para o aquecimento de água.

Art. 5º Todos os edifícios residenciais ou unidades habitacionais plurifamiliares com área construída superior a 500 m<sup>2</sup> ficam sujeitos à instalação de equipamentos de eficiência energética para o aquecimento de água.

Art. 6º Todas as edificações onde sejam desenvolvidas atividades comerciais ou industriais no âmbito do Distrito Federal, cujo consumo de água potável aquecida tenha volume igual ou superior a 10 m<sup>3</sup> mensais, ficam sujeitas à obrigatoriedade de instalação de equipamentos de eficiência energética para o aquecimento de água.

Art. 7º Todas as edificações a que se referem os artigos deste Capítulo deverão instalar, em suas torneiras e demais pontos de saída de água, adaptador denominado redutor de pressão.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as edificações localizadas em regiões cuja baixa pressão de água não permita a instalação do redutor a que se refere o presente artigo.

Art. 8º O Poder Público fica autorizado a adotar equipamentos de eficiência energética para o aquecimento de água nas edificações onde sejam prestados serviços públicos que, por sua natureza, consumam água potável aquecida em volume igual ou superior a 10 m<sup>3</sup> mensais.

Art. 9º Todas as edificações onde são realizadas atividades educacionais, esportivas, culturais ou de entretenimento que consumam água potável aquecida em volume igual ou superior a 10 m<sup>3</sup> mensais ficam sujeitas à obrigatoriedade de instalação de equipamentos de eficiência energética para o aquecimento de água.

Art. 10 As edificações onde sejam exercidos os serviços de saúde, com ou sem fins lucrativos, que consumam água potável aquecida em volume igual ou superior a 10 m<sup>3</sup> mensais ficam sujeitas à obrigatoriedade de adotar equipamentos de eficiência energética para o aquecimento de água.

Por fim, em resumo, o que queremos dizer sobre esse projeto é que todas as residências, todos os prédios públicos, na hora da sua construção, devem levar em consideração, no seu projeto, na sua planta arquitetônica, o uso da energia solar e também o uso de energias alternativas em toda a sua construção. Significa que, ao se construir um prédio público, vai ter que constar na planta o projeto voltado para a questão do uso da energia solar.

Esse projeto se destina, Srs. Deputados, a todas as habitações unifamiliares, sejam elas de baixa renda ou não. E o governo terá um prazo de cinco anos para se adequar, como também toda a população do Distrito Federal terá um prazo de cinco anos para se adequar a essa nova lei. Também cabe ao BRB ser um banco de fomento para financiar os projetos de energia sustentável, dentre elas a energia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

solar, barateando o custo para famílias de baixa renda, porque não faz sentido hoje, ao existir qualquer problema no DF em termos de energia elétrica, essa energia fóssil, acontecerem os apagões. Com o uso de energia alternativa, dentre elas o da energia solar, esses tais apagões simplesmente vão deixar de existir, e toda a população vai se beneficiar e o meio ambiente como um todo.

Por isso, peço aos meus pares que avaliem esse projeto, e que o mais rápido possível seja votado aqui nesta Casa, para o bem de todos.

Muito obrigado aos senhores e às senhoras.

(Manifestações da galeria)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu vou fazer um alerta aos Parlamentares. Nós estamos tendo tolerância com a fala de V.Exas., mas é ruim, porque muitas vezes nós interrompemos os seus pronunciamentos. Então, vamos tentar falar dentro do prazo estipulado.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhores assessores, assessores da imprensa, primeiramente, eu gostaria de demonstrar não só os meus pêsames, mas a minha tristeza pelo último ocorrido no sábado, quando nós perdemos, principalmente dentro do nosso gabinete, a nossa assessora de imprensa Lidyane Andrade, que, por todos, seja dos meios de comunicação, pelos Deputados da Casa, pelos assessores de imprensa da Casas, era querida.

Quando fiquei sabendo do fato, primeiramente eu não acreditei. Recebi um telefonema de Ana Maria Campos, uma amiga dela, que me relatou inicialmente o fato ocorrido e revelo para vocês que eu não acreditei.

Eu estava em Sobradinho na casa da Katiele Bortoli, para informar a ela que o Título de Cidadã Honorária de Brasília dela havia sido aprovado na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, estava na Comissão de Constituição e Justiça e que provavelmente até o final do mês de junho nós iríamos entregar esse título a ela. Para quem não sabe, Katiele Bortoli é uma das principais defensoras da legalização do canabidiol no Brasil. Inclusive a *Superinteressante*, Sra. Presidente, fez um grande documentário sobre a vida dela. Esta Casa dará um grande passo entregando esse Título de Cidadã Honorária a ela, mas eu não quero entrar nesse assunto agora.

No momento em que fiquei sabendo, eu saí correndo e fui até Águas Claras. E aquilo que eu acreditava ser uma mentira era verdade. Eu gostaria de usar o meu pronunciamento de hoje não para falar do problema econômico que nós vivemos, mas para entrar numa reflexão, pois, mesmo que estejamos em um Parlamento distrital e que a nossa vida, Deputado Prof. Israel, seja muito corrida, nós trabalhamos ao lado de pessoas. E pessoas têm demandas. Demandas emocionais que, muitas vezes, por estarem nesta Casa, escondem e se fecham, muitas vezes



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

para tentar demonstrar certo equilíbrio, ou até mesmo uma fortaleza, para os seus chefes ou para os assessores aqui. E infelizmente não demonstram o que estão vivendo.

Esta Casa, Sra. Presidente, deu um grande avanço, que foi a criação de um núcleo que fala sobre a questão da violência no trabalho. E eu gostaria de ressaltar isso e parabenizar esta Mesa Diretora, que teve esse avanço. Nós, acima de tudo, Deputado Lira, queremos cuidar do Distrito Federal, mas nós precisamos cuidar daqueles que estão ao nosso lado. Cada Deputado, cada Deputada aqui tem uma responsabilidade com a vida e as famílias daquelas pessoas que trabalham ao nosso lado. Porque a Lidyane, eu não posso contestar sua competência profissional. Todos os assessores de imprensa e toda a mídia conhecem a sua competência, todos sabem da competência profissional que ela tinha.

Quero chamar a atenção deste plenário para que, independentemente da competência profissional, nós trabalhamos com pessoas. E aqui, Sra. Presidente, quero agradecer a V.Exa., que, no início da sessão, determinou que fizessem um minuto de silêncio em memória da nossa Lidyane Andrade, uma menina de 28 anos de idade, cheia de sonhos, cheia de projetos. Na última quinta-feira, estivemos juntos, e ela esboçava uma felicidade por termos aprovado o plano de comunicação do nosso mandato. E tudo aquilo que ela apresentou eu dei carta branca para que ela fizesse, para demonstrar a confiança que eu tive nela e em toda a minha equipe.

Eu não poderia deixar de vir a este plenário usar os Comunicados de Parlamentares, e não de Líderes, para, além de demonstrar tristeza, consternação, chamar cada um a olhar para o outro. E, se nós estivermos passando por problemas, que nós não venhamos a nos furtar em falar, abrir o coração para alguém em quem confiamos, para alguém que talvez possa nos ajudar, porque muitas vezes é esse desabafo que salva uma vida.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Eu quero também, em nome da Presidência desta Casa, externar aos familiares da Lidyane que ela era uma pessoa muito querida. Ficou marcada aqui na Câmara Legislativa por sempre ter um sorriso no rosto. Era uma pessoa doce. E é como o Deputado Rodrigo Delmasso coloca: isso demonstra que temos de fazer valer a pena as nossas amizades. Quero cumprimentar todo o pessoal da imprensa. Em homenagem à Lidyane, vieram de branco as colegas e os colegas, nesse ato de solidariedade. E esta Casa também cumprimenta os familiares, a mãe, as irmãs, e coloca toda a solidariedade da Câmara Legislativa.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu não podia deixar de falar o quanto eu fiquei triste com o que aconteceu com a Lidyane, uma jovem que eu conheci aqui na Câmara Legislativa. Ela era muito humilde, muito competente e sempre demonstrou carinho por todos nós Deputados. O Deputado Rodrigo Delmasso perdeu uma grande profissional. Eu sempre falava que ela teria um futuro brilhante. Hoje sinto muita falta dela aqui. Ela era uma pessoa muito de Deus. Neste momento, eu quero pedir que o Pai Celestial a receba em seus braços e que lhe dê todo o conforto que ela não teve em vida. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Lira.

Não havendo mais nenhum Deputado inscrito, dá-se início à

**ORDEM DO DIA.**

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento causado pelos itens nºs 1 a 108, vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da Ordem do Dia e os itens extrapauta. (Pausa.)

Não há manifestações em contrário.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 425, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$165.073.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões, setenta e três mil reais)”.

A tramitação foi concluída. Foram apresentadas seis emendas de plenário, a CEOF deverá se manifestar sobre elas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidenta, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, nós levantamos uma questão na reunião de Líderes e propusemos que fossem retirados do projeto doze itens. O Deputado Wellington Luiz falou que poderia dar 49 milhões – poderia ou não, para mais ou para menos. A verdade é que está vindo uma proposta de retirada de 49 milhões, mas não estão pontuados os doze itens. Portanto, o que queremos? Uma emenda, pode até ser sem valores, para que esses doze pontos não constem da aprovação do projeto. Esses pontos, Sra. Presidente, que nós levantamos são fundamentais. É esse o nosso entendimento. Se não for assim, da nossa parte, não há entendimento para votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito à Liderança do Governo – porque esse realmente foi acordo do qual participamos – que providencie a emenda com os itens para retirada, para conseguirmos colocar em votação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, para deixar bem claro, eu conversei com alguns Deputados sobre isso, e é bom que os Deputados saibam de onde está sendo remanejado, pois S.Exas. terão problemas nas suas bases, todos nós teremos. A coisa tem que ser bem clara. Essa emenda tem que dizer de onde está saindo o dinheiro e para onde ele está indo. Volto a dizer que não discuto mérito. Para onde vai está correto. Mas de onde está saindo é gravíssimo. E não foi esse o acordo.

Respeito muito o Deputado Julio Cesar, nem preciso dizer isso, manifesto isso o tempo inteiro, mas o que foi dito lá é que poderiam ser 49 milhões, como poderia ser mais. Gostaria que fossem 10 milhões, mas são 70. Então, tem que deixar bem claro isso. Não há acordo para votar nessas condições.

Sugiro, mais uma vez, que cada Deputado que está aqui saiba exatamente o que está nesse projeto de remanejamento, porque, com certeza, V.Exas. serão cobrados. Sol Nascente, Porto Rico, Ceilândia, Arniqueiras, Estrutural – de onde é de pobre está sendo retirado dinheiro.

Obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, também tenho uma admiração muito grande pelos Deputados Chico Vigilante e Wellington Luiz, mas o que nós combinamos no Colégio de Líderes foi o valor de 49 milhões. Não foi falado em pontos. Poderia haver uma redução, como poderia haver um aumento, mas a gente viu que o aumento foi significativo. Foi para quase 70 milhões. Houve até uma sugestão de V.Exa. Houve uma sugestão do Deputado Chico Vigilante para que se tentasse remanejar da questão da publicidade. O governo está analisando se de fato vem esse valor da publicidade. Mas nós combinamos no Colégio de Líderes; se vão voltar atrás, tudo bem, a gente pode voltar a estudar. Mas o que foi combinado é que seriam 49 milhões, Sra. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero deixar bem claro: eu acho que o documento fala por si só. No





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

documento que estava nas mãos de V.Exa., está escrito 82 milhões. Então, a bem da verdade, ele cai de 82 milhões para 70 milhões, dentro de um espírito de composição, de reconhecimento da necessidade de se aprovar esse crédito. Mas tem que ficar bem claro: o documento que estava nas mãos de V.Exa., e que passou na mão dos Líderes que estavam lá, era este aqui. E neste aqui está bem claro. Eu lamento que o Líder do Governo não tenha olhado com a devida atenção este documento.

Obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria da atenção do Líder do Governo. Deputado Julio Cesar, a gente não volta atrás no que a gente combina. Nunca voltamos e nunca iremos voltar. Nós pontuamos doze itens, entre eles, recursos que estão sendo retirados de Arnuqueiras, recursos que estão sendo retirados do Sol Nascente, recursos que estão sendo retirados do Pró-Moradia, recursos que estão sendo retirados do Pôr do Sol, recurso que estão sendo retirados do Porto Rico. E mais, que talvez sejam o de maior montante: da Linha Verde, que começou no Governo Arruda, passou pelo Governo Rosso, veio no Governo Agnelo e está no Orçamento para ser executado – o Corredor Oeste do sistema de transporte.

Foi isso que nós colocamos. Eu não falei de valores. V.Exa., Deputada Celina Leão, que estava ao meu lado, sabe que em nenhum momento eu falei de valores. Inclusive, Deputado Dr. Michel – V.Exa. que luta tanto pelo Buritizinho –, o Buritizinho está sendo retirado. O Buritis, a Vila Denocs e Sobradinho II estão sendo retirados. Tudo isso.

Foi um belo trabalho feito pela Liderança do PMDB. Nós nos somamos a eles porque foi um trabalho bem feito. É isso.

É por isso, Deputado Julio Cesar, que a gente não aceita. Mas não estamos voltando atrás em absolutamente nada. Em nada. Nós falamos que eram doze pontos. Eu não falei de valores.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vou fazer um encaminhamento: para a gente começar a votar outros projetos. Vou retirar esse projeto da pauta até a gente criar um acordo, e vou pôr os outros projetos que a gente acordou e os projetos de lei dos Deputados, para que a Liderança do Governo veja o que pode fazer.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só queria agradecer. Obrigada, Presidente, pela coerência de suas ações mais uma vez.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Obrigada, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero parabenizá-la por não os deixar tirar o dinheiro do Buritizinho. Muito obrigado, viu?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Deputado Bispo Renato Andrade que faça a leitura do item nº 109.

Item nº 109:

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.464, de 2013, de autoria da Deputada Celina Leão, que “estabelece regras para a divulgação, orientação e tratamento da patologia Síndrome de Diógenes, conhecida como acumulação compulsiva e dá outras providências”.

Vou passar a Presidência para o Deputado Bispo Renato Andrade.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Discussão da redação final do Projeto de Lei 1.464, de 2013, de autoria da Deputada Celina Leão, que “estabelece regras para a divulgação, orientação e tratamento da patologia Síndrome de Diógenes, conhecida como acumulação compulsiva e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 110:

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.793, de 2014, de autoria do Deputado Prof. Israel Batista, que “declara a Banda Sinfônica de Brasília como Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.793, de 2014, de autoria do Deputado Prof. Israel Batista, que “declara a Banda Sinfônica de Brasília como Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 111:

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.223, de 2012, de autoria do Deputado Joe Valle, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de aviso da presença de Organismo Geneticamente Modificado - OGM - em alimentos destinados ao consumo humano e animal produzidos, industrializados e comercializados no Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.223, de 2012, de autoria do Deputado Joe Valle, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de aviso da presença de Organismo Geneticamente Modificado - OGM - em alimentos destinados ao consumo humano e animal produzidos, industrializados e comercializados no Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 112:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 71, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "inclui o evento 'Feira de Pesca e Náutica do Distrito Federal' no Calendário Oficial de eventos do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 71, de 2015, de autoria do Deputado Júlio Cesar, que "inclui o evento 'Feira de Pesca e Náutica do Distrito Federal' no Calendário Oficial de eventos do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 113:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 325, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "dispõe sobre a ordem cronológica de pagamento a ser obedecida no âmbito das contratações e aquisições realizadas pela Administração Pública dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 325, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “dispõe sobre a ordem cronológica de pagamento a ser obedecida no âmbito das contratações e aquisições realizadas pela Administração Pública dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Informo ao Plenário que o item em discussão e votação a seguir, de autoria da Deputada Luzia de Paula, será em segundo turno e não em primeiro turno.

Item nº 114:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.547, de 2013, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “inclui o Seminário Internacional de Dança de Brasília no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.547, de 2013, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “inclui o Seminário Internacional de Dança de Brasília no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 116:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.354, de 2013, de autoria do Deputado Dr. Michel, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de informação nos postos de combustíveis e lubrificantes do Distrito Federal quanto à vantagem percentual na diferença entre os preços dos combustíveis, álcool x gasolina, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o item nº 114 votamos apenas em primeiro turno?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não. Sobre o item nº 114, foi essa a correção que fiz, Deputado Wasny de Roure. O projeto de autoria da Deputada Luzia de Paula já tinha sido aprovado em primeiro turno. Ele está escrito



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

de forma errada na pauta. Por isso, antes de votarmos o projeto, eu fiz a correção. Ele é de segundo turno.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Correção da pauta... Então, ele é em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ele é de segundo turno.

O item nº 115 nós pulamos porque, conforme acordo de Líderes, os Deputados pediram para que não fossem votados os projetos de lei dos Deputados que não estivessem em plenário.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Está certo. Entendi. Desculpe-me.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 117:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2013, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “concede Título de Cidadã Honorária de Brasília a Senhora Gisèle Santoro”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	35



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
PRESIDÊNCIA  
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 12/05/2015 18:56



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO

☒ REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM 12/05/2015

☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO  
☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEF ☐ CAS ☐ CDDHCDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CSEG ☐ CESC  
☐ CDESCMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI Nº(S):

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

☐ REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):

☒ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): 216/2013

☐ VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

☒ AUTORIA: DEPUTADO(A) DEPUTADA LUZIA DE PAULA ☐ Poder Executivo

☐ RELATORIA: DEPUTADO(A)

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT			X			
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JÚLIO CÉSAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	PROF. ISRAEL	PV			X			
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB			X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT			X			
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD			X			
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L			14		10			

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Está aprovado, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2013.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2013, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília a Senhora Gisèle Santoro”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Trago uma informação aos Deputados do nosso Líder de Governo. Vamos votar o projeto retirando, todos nós Deputados, essa questão das regiões conforme o acordo de Líderes. Amanhã o governo dirá de que forma vai retirar, mexer nos créditos aqui na Casa. Foi esse o encaminhamento, Deputado Julio Cesar?

DEPUTADO JULIO CESAR – Exatamente. Aí construiremos uma alternativa. Se chegar a tempo, poderemos votar em Sobradinho, na Câmara em Movimento, ou na quinta-feira. Vamos votar já essa questão dos 90, até porque está aqui há bastante tempo. Esse é o encaminhamento.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parabenizo mais uma vez a postura de V.Exa. e do Líder do Governo de construir uma solução. Deixo bem claro que o nosso compromisso, tão logo o governo apresente uma alternativa, é votarmos. Inclusive, vamos sugerir a todos os Deputados que venham, que ajudem amanhã, para ser votado tão logo o governo mande isso. Não queremos criar obstáculo para esse projeto fundamental para Brasília, de reestruturação do SLU. Só queremos que seja criado algo que possa impactar menos Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Então, é essa a nossa proposta. Mais uma vez agradeço a sensibilidade de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu trago aqui os agradecimentos da professora Gisele Santoro, que agradece a todos os Deputados a votação dos dois projetos que lhe fazem referência. Um é o título de Cidadã Honorária a essa figura tão importante para o Distrito Federal, e o outro é o Seminário Internacional de Dança, que acontecerá no dia 26 de julho. Ela pediu que essa data fosse registrada pela Casa e todos a colocassem na agenda.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputada Luzia de Paula.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 425, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$165.073.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões e setenta e três mil reais)”.

Foram apresentadas sete emendas de plenário. Solicito ao Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que profira parecer sobre as emendas de Plenário.

Deputado Agaciel Maia, eu gostaria de assinar essa emenda do bloco sobre a retirada dessas cidades. Só um minuto. A liderança do governo pede para suspender a votação. Continuaremos seguindo a pauta da Ordem do Dia.

Item nº118:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2013, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Mário Candido da Silva”.

Em discussão, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	38



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 12/05/2015 18:55



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO

☒ REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM 12/05/2015

☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CSEG ☐ CESC

☐ CDESCMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI Nº(S):

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

☐ REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):

☒ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): 242/2013

☐ VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

☒ AUTORIA: DEPUTADO(A) DEPUTADO ISRAEL BATISTA ☐ Poder Executivo

☐ RELATORIA: DEPUTADO(A)

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT			X			
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JÚLIO CÉSAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS			X			
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	PROF. ISRAEL	PV			X			
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB			X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT			X			
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD			X			
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L			13		11			

SECRETÁRIO DA SESSÃO

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Está aprovado, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2013.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, para a questão ficar absolutamente clara, na reunião – V.Exa. é testemunha –, quando levantamos esses pontos de onde estavam retirando recursos, dissemos que não aceitávamos, em hipótese nenhuma, a retirada desses locais. Eu falei: estão retirando apenas recursos que beneficiam pobre. Se querem mexer, por que não têm coragem de mexer na publicidade? Foi isso o que eu disse lá.

Portanto, não adianta representante do governo vazar para a imprensa, para os donos de jornais, donos de emissoras de rádio e televisão, que eu e o Deputado Wellington Luiz estamos sugerindo que retirem da publicidade, porque não é verdade. As coisas têm de ficar claras aqui, as coisas têm de ser do jeito que são. Nós não falamos para tirar da publicidade. O que eu disse foi o seguinte: por que mexem com pobre, e não mexem com a publicidade? Isso tem de ficar claro.

Mas de onde irão remanejar e qual arranjo será feito, é papel do governo. Não é meu, nem do Deputado Wellington Luiz, nem de nenhum Deputado aqui. Não vamos aceitar mexer com pobre, foi isso que colocamos aqui.

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2013, de autoria do Deputado Prof. Israel Batista, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Mário Candido da Silva”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 425, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$165.073.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões e setenta e três mil reais)”.

Foram apresentadas sete emendas de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que profira parecer às emendas de plenário.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo que me consta, há pouco foi pedido por V.Exa. a retirada desse projeto da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Não. Ninguém pediu a retirada do projeto. Pedi para suspender a votação, só isso. Ninguém pediu para retirar, pedimos apenas para suspender, para que pudéssemos conversar, mas já entramos em acordo e estamos votando.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Acordo de quem? Com quem? A conversa foi com quem? V.Exas. querem atropelar? Querem passar o trator em cima dos pobres?

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Não. Já tínhamos combinado que iríamos votar, e ali foi reunião da Base. Não tem nada a ver a questão da retirada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu declaro a nossa bancada em obstrução.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, declaro obstrução e oriento todos os Deputados do bloco no mesmo sentido.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é importante deixar claro – e eu acho que o Relator vai deixar claro – que nós estamos acatando a emenda do PMDB e do PT. Não vamos aprovar o pacote na totalidade. Entendeu?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Continua com a palavra o Relator.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas explicar ao Plenário que existem três emendas modificativas ao projeto. Uma de autoria da Casa, assinada pelo Deputado Bispo Renato Andrade e pela Deputada Celina Leão no valor de 3 milhões de reais; outra do bloco, principalmente do PT e do PMDB, que reduz de R\$165.073.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões e setenta e três mil reais) para apenas 94 milhões 592, excluindo vários itens que constavam. Essa é a Emenda Modificativa nº 6. Por último, a Emenda Modificativa nº 7, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que abre o crédito para as emendas dos novos Parlamentares.

Então, o parecer dessa relatoria sobre as emendas modificativas é o seguinte: rejeito a Emenda Aditiva nº 5 da Casa, da Deputada Celina Leão, no valor de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais); acato a Emenda Modificativa nº 6, apresentada por vários Deputados – inclusive do PMDB e do PT; e rejeito a Emenda Modificativa nº 7.

Em síntese, Deputado Chico Vigilante e Deputado Wellington Luiz, a única emenda que estou acatando como Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é a emenda subscrita pelo bloco, que reduz de R\$165.073.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões e setenta e três mil reais) para apenas 94 milhões.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Srs. Deputados, só para deixar claro e reforçar o que a Sra. Presidente disse, nós estamos acatando o que foi combinado com os Deputados Wellington Luiz e Chico Vigilante, na questão de retirar aquelas situações que foram decididas no Colégio de Líderes, como foi lido agora pelo Deputado Agaciel Maia.

Só vou deixar claro, Deputado Wellington Luiz, porque acho que não tinha ficado claro. Quero dizer ao Deputado Chico Vigilante que ninguém está atropelando nada, pelo contrário, estamos acatando aquilo que foi proposto e assinado pelos deputados, inclusive do PT e do PMDB. Quero deixar isso muito claro.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento também. Temos uma emenda de 3 milhões da Câmara Legislativa. O Getúlio que me pediu, inclusive aqui no plenário, porque, às vezes, perdemos algumas ações indenizatórias que nós temos que pagar e tem que haver uma rubrica específica para isso.

Então, eu queria pedir ao nosso relator para dar uma olhada nisso. Se tiver qualquer dúvida, veja com o Getúlio qual é a providência que deve ser tomada. A gente pode votar em outro crédito, mas se é algo que tem dúvida, que esclareça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia protocolado na nossa comissão três emendas. Nós retiramos essas emendas para facilitar o projeto. Como houve várias emendas, eu retornei e protocolei as emendas. Infelizmente, essas emendas não estão no processo. Não sei se estão no processo. O Relator não falou sobre elas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Wasny de Roure, como muitos estão pedindo a palavra, vamos deixar o Relator terminar o parecer, porque ele não terminou. Como muitos deputados pediram a palavra, ele acabou não terminando de relatar o projeto. Vamos deixar o Deputado terminar.

Continua com a palavra o Relator.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para concluir, esclareço que as emendas apresentadas pelo Deputado Wasny de Roure apenas fazem alteração de destinação das emendas deles. Portanto, eu as acato. Foi explicado: a emenda da Câmara apenas faz um remanejamento com uma rubrica específica para que haja condição de pagar indenização. Então, ela não altera nada, não vai tirar dinheiro de ninguém.

Portanto, acato as emendas nºs 1, 2 e 3, do Deputado Wasny de Roure, por estarem apenas mudando a destinação das emendas parlamentares a que S.Exa. tem direito. Não estão tirando dinheiro de lugar nenhum; apenas fazem um remanejamento.

A emenda nº 4 foi retirada pelo autor. A emenda nº 5 é apenas um remanejamento de recursos da própria Casa com a finalidade de cobrir indenizações; portanto, eu a acato.

A emenda modificativa nº 6, que foi apresentada pelo bloco PT/PMDB e reduz de 165 milhões para 94 milhões, eu também acato.

Rejeito a emenda nº 7 por ser apenas para um Parlamentar, e o acordo é: quando vier alteração do crédito, abrir no orçamento a emenda para todos os Parlamentares que estão no exercício do mandato a partir de 1º de janeiro.

Então, todos os acordos foram cumpridos, e a matéria está em condição de ser aprovada. Esse é o parecer, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a atenção do Deputado Agaciel Maia. Todo mundo aqui está lembrado da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

votação de um crédito no dia 17 de março, quando nós fizemos um entendimento aqui.

Eu vou ler as palavras do Deputado Agaciel Maia naquele dia: "O que estou propondo, e vou pedir isso ao Líder e à Presidente desta Casa, é que seja dito o seguinte: nós só votaremos o próximo crédito suplementar nesta Casa se já vier o acordo de iniciativa do Poder Executivo para dar cumprimento ao acordo de V.Exas. e para que V.Exas. tenham direito a essas emendas.

É um compromisso para que haja eficácia ao compromisso da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças de que no próximo crédito suplementar, eles preparem isso." E aí vêm as palavras do Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, do PRB, sem revisão do orador: "Sra. Presidente, baseado em tudo que foi falado aqui, quero dizer aos nobres Deputados que nós, juntamente com a nossa Presidente, vamos encaminhar ao Governador que, no próximo crédito suplementar, possamos, realmente, ver essa questão das emendas. Eu sou Deputado novo e também não tenho emenda. Acho razoável que todos os Deputados tenham.

Fica o compromisso da Liderança do Governo, bem como da nossa Presidente, de rever isso na próxima semana ou no próximo crédito suplementar que houver."

Isso aqui foi compromisso assumido para contemplar as emendas dos 12 novos Parlamentares. Já faz dois meses e não cumpriram. E mandaram mais um crédito agora. Tanto, que a emenda do Deputado Ricardo Vale vai no sentido do cumprimento desse entendimento que foi feito. A única coisa que vale no político é a palavra.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero primeiramente dizer que houve um entendimento, realmente, para que os novos Parlamentares – eu me incluo, pois sou novo Parlamentar – tenham direito às emendas.

Só que precisamos ter bom senso, porque esse crédito do SLU é extremamente importante para duas coisas: primeiro para garantir o serviço continuado da coleta de lixo no Distrito Federal e também para acabarmos com a farra de emergenciais no lixo do Distrito Federal, a fim de que o SLU possa dar continuidade ao pregão eletrônico, que já está preparado, só esperando que esse crédito seja votado.

Então, eu queria pedir vênica, com todo o respeito que tenho aos Deputados Chico Vigilante e Wellington Luiz. Que aquilo que foi acordado no Colégio de Líderes e até a brilhante emenda que foi apresentada por V.Exa., Deputado Wellington Luiz, acatada pelo Relator... Eu acredito no seguinte: tenho certeza de que o compromisso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

que o Governo assumiu será cumprido, até porque há 12 Deputados novatos que vão cobrar isso. Só que, pela urgência e pela emergência, para que possamos moralizar o serviço de coleta de lixo no Distrito Federal, que possamos votar esse crédito!

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Respondendo ao Deputado Chico Vigilante, hoje, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, foi novamente falada a questão das emendas para os Deputados.

Quero informar que o Governo já mandou para esta Casa essa questão do remanejamento, a fim de podermos fazer as emendas aos Deputados novos. Infelizmente, veio na rubrica errada, e o Governo está corrigindo isso, para que possa chegar, e os Deputados novos, como eu também, possam indicar as emendas.

Deixo claro, então, que falamos isso na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e foi novamente cobrado. A gente reafirma o compromisso... Já está na Casa, só que veio com erro. Precisamos fazer apenas uma pequena alteração, para inserir a questão das emendas dos Deputados.

Quero dizer que a questão do SLU é muito importante para que possamos votar, porque a questão da coleta de lixo é necessária aqui em Brasília.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, há algumas questões que eu gostaria de responder: primeiro, há um compromisso firmado com o Governo, no sentido de abrir um crédito para que os novos Parlamentares que tomaram posse – o natural é o Parlamentar só ter este direito no exercício seguinte... Em 2011, nós fizemos isso. O Governo assumiu o compromisso... Existe ainda alguma falta de informação de que em alguns créditos nós não podemos abrir isso, como no de publicidade e de pessoal. Nós não podemos, Deputado Chico Vigilante, abrir.

É importante se dizer que nenhuma emenda, mesmo de Parlamentar antigo, está sendo executada. Então, se disserem que o Deputado Agaciel Maia ou o Deputado Wasny de Roure, por serem antigos, têm emendas que estão sendo executadas, será mentira. Não estão sendo. Todos nós, os 24 Deputados, estamos em condições de igualdade. Nenhuma emenda de nenhum Deputado foi até hoje executada, pelos problemas que nós conhecemos. Então, a abertura das emendas por novos Parlamentares, em créditos de pessoal e de publicidade, não pode ser feita, por lei. A Lei Orgânica não permite isso. Tivemos que devolver, para avisar ao Governo: "Olha, tem que mandar em um crédito específico, para se trabalhar isso."

Portanto, não está havendo prejuízo a ninguém, porque nem os antigos, que era para terem direito a executar as emendas de acordo com a lei a partir de 1º de janeiro, executaram. Acho que há um consenso da Casa, um respeito, inclusive, dos membros da CEOF de que há necessidade de darmos condições a que todos os doze novos Parlamentares tenham também o direito às suas emendas. Portanto, não estamos descumprindo com a palavra e ninguém está atropelando ninguém.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Então, quero prestar este esclarecimento de que o governo vai mandar, porque é esse o compromisso. Nós estamos na comissão, eu, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Julio Cesar, o Deputado Prof. Israel e o Deputado Rafael Prudente, e muito atentos a essa questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Nessas questões de natureza orçamentária, procuro ser bastante cioso.

Em primeiro lugar, acho que é importante reconhecer – o que não é muito comum... Temos a Diretora do SLU aqui presente, dialogando e conversando com os Srs. Deputados, procurando esclarecer isso, diante da responsabilidade que ela tem com uma das matérias mais sensíveis na população do Distrito Federal, que é questão do lixo.

A segunda questão que temos, até porque estivemos nessa cadeira até o dia 31 de dezembro, apoiando, inclusive, o ex-Governador Agnelo Queiroz... Só que nós deixamos uma gestão com várias dívidas. É o caso, inclusive, do SLU, com uma dívida, que ainda está em processo de reconhecimento, para ser enfrentada e paga.

Portanto, nós estamos aqui... Eu tive esse cuidado na comissão, porque foi colocado extrapauta. Tivemos o cuidado de ouvir e ser procurados para os devidos esclarecimentos.

Então, não posso aqui fazer vista grossa para um esforço que está sendo feito. Tenho todo respeito aos Deputados que têm uma trajetória de luta, que ajudaram a construir o Orçamento deste ano, que foi debatido no ano anterior, na luta das suas comunidades, porque o governo tem várias alternativas de cancelamento. Nesse sentido, sou inteiramente favorável e assinei a emenda, porque o governo pode fazer a troca dos cancelamentos. Agora, que é necessário o encaminhamento e a votação desse projeto com a agilidade necessária, é. Não sou da base de apoio do governo, mas tenho responsabilidade, porque fui Deputado na legislatura anterior. Temos que enfrentar essa dívida, que tem de ser reconhecida para o devido pagamento.

Eu não quero ser Deputado apenas para um novo momento. Eu fui Deputado, sou hoje e tenho responsabilidade com essa matéria. É assim que entendo e é assim que estou procurando agir. Face à devida substituição do ponto de vista de cancelamentos, para outros cancelamentos – nisso, eu concordo plenamente com os meus colegas Deputados –, tive a iniciativa, hoje pela manhã, de retirar as nossas emendas, para facilitar. Só as retornei – V.Exa. é testemunha – porque deram a abertura para novas emendas e, conseqüentemente, o acordo se encaminhou nesse sentido.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Então, quero respeitar o acordo feito no Colégio de Líderes, mas também tendo aqui a devida responsabilidade com a relevância de aprovar essa matéria ainda no dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para deixar bem claro que todas as dúvidas foram dirimidas. V.Exa. cumpre o que foi acordado e, nessa circunstância, acho que temos, sim, com toda responsabilidade, como foi dito pelo Deputado Wasny de Roure, que aprovar esse projeto. Então, vamos retirar a obstrução, porque entendemos que isso é importante.

Deixamos bem claro que o nosso grau de responsabilidade é demonstrado aqui com a nossa postura. Se os Deputados do nosso bloco e do bloco do PT saíssem daqui, não haveria quórum para aprovar isso. Isso demonstra claramente a nossa responsabilidade com os interesses de Brasília, independentemente de sermos Base ou não do Governo. Então, vamos deixar bem claro: fomos atendidos na nossa emenda, que entendemos que é importante para Brasília. Então, neste momento estamos retirando a obstrução.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Wellington Luiz, obrigado. Gostaria de realmente reconhecer o esforço que V.Exa. faz. Nós também assinaremos essa emenda.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que estamos discutindo o sexo dos anjos. Não está executando, não vai executar, pode ter certeza disso. Nós já estamos no mês de maio, junho está chegando, julho é recesso, e em setembro todas as emendas serão contingenciadas, porque não dará mais tempo de fazer nada.

Então, esta discussão de emenda, não emenda, isso é discutir sexo dos anjos neste momento, porque não dá mais tempo de executar as emendas. A não ser que seja para *show*. Só se for para *show*, porque o único diabo que dá para fazer agora é *show*. Eu duvido que uma obra com valor acima de 150 mil possa hoje ser executada, a não ser que façam um milagre. E milagre, só Jesus na causa.

Outra situação que quero dizer é: Deputado Agaciel Maia, pelo amor de Deus, não tire o dinheiro do Buritizinho, não deixe tirar! V.Exa. é meu amigo! Ajude-me, deixe essa emenda, porque V.Exa. é cabra bom mesmo. Eu confio em V.Exa. Por favor, ajude-me!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Dr. Michel, só a título de esclarecimento, V.Exa. gosta de colocar uma saia justa em mim. Quando eu dei parecer favorável ao Refis, V.Exa. fez um comentário de que eu estava defendendo emenda para atender a sonegadores. Na realidade, não é isso. Outra: hoje, está excluída pela emenda apresentada pelo seu bloco, junto com o PT e PMDB, a exclusão dos recursos do Buritizinho. Portanto, V.Exa. fique sossegado e esclareça lá que o Deputado Agaciel Maia não está tirando os recursos. Está certo? Foi feito todo um entendimento em nível de liderança dos projetos que deveriam ser excluídos. Eu aproveito para prestar um esclarecimento: há um déficit entre o projeto que estamos apresentando e o de que realmente o SLU precisa, que são 70 milhões. O governo precisa apresentar um novo projeto propondo soluções.

Outra coisa que foi aventada – o pessoal já gosta de bater em nós, e ainda inventaram a história – é que iríamos tirar recursos de publicidade para poder cobrir esse recurso com os outros projetos. É exatamente para fomentar a discórdia e dar munição para que o pessoal venha bater. Isso também é outra mentira que foi levantada no sentido de tumultuar o processo ou dizer que Deputado a, b ou c está sugerindo tirar dinheiro de publicidade para cobrir esses recursos. Isso também não é verdade.

O que é verdade é que o SLU precisa de cento e sessenta e poucos milhões para fazer um processo licitatório para não parar a coleta de lixo na cidade. E têm que ser dados como fonte recursos orçamentários de outras áreas, temporariamente, porque alguns projetos vão demorar ainda três, quatro meses. É o tempo de se recompor essas dotações orçamentárias. É apenas uma questão de prioridade, já que só vai até 30 de junho o lote que colhe o lixo de várias cidades em Brasília. Então, é apenas um remanejamento do Governo.

Também ficou aventado o compromisso de que faríamos – o Governo assume o compromisso –, fosse por uma emenda ou não, de repor essas dotações que seriam usadas temporariamente. Diga-se de passagem, não estão tirando dinheiro definitivamente, nem todo o dinheiro dos projetos que são fundamentais para a comunidade de vários locais de Brasília. Também é outra mentira.

Então, é preciso fazer esses esclarecimentos para que as pessoas não façam a versão de fatos que não estão acontecendo aqui dentro, porque agora isso é uma rotina.

Para encerrar, o parecer desta Comissão foi pelo acatamento de três emendas do Deputado Wasny de Roure, para que se faça apenas remanejamento de dotação, sem tirar dinheiro de lugar nenhum; acatamento da retirada de uma das emendas, que era do Deputado Julio Cesar e foi retirada. A Emenda nº 5 é da Câmara Legislativa, que trata apenas de remanejar 3 milhões de um elemento de despesa para outro, apenas para pagar as indenizações. Acolhemos na íntegra a proposta feita pelo PMDB e pelo PT, excluindo os projetos que eles acharam que não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

deveriam sequer esperar para ser recomposta a dotação orçamentária. E apenas rejeitamos a Emenda nº 7, por ela não ser coletiva, o que é inerente para estabelecer os valores das emendas para os Deputados novos.

Então, o que o Deputado Agaciel Maia, como Relator desse projeto, tem a falar é exatamente isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Eu quero aqui pedir vênua ao Deputado Agaciel Maia, que eu considero muito.

Primeiro, se eu falei isso, eu venho de público pedir desculpas, porque nunca haveria uma emenda de V.Exa. para apoiar fraudadores. Eu falei que o governo estava fazendo, V.Exa. não. Até porque, pela proficiência e a dedicação que o senhor tem pelo povo do Distrito Federal, o senhor nunca iria fazer uma emenda desse nível.

O segundo ponto é que o português é bonito, a gente fala as mesmas coisas com palavras diferenciadas. Muitas vezes, eu estou falando a mesma coisa que V.Exa., e dá interpretação dúbia ou até diferenciada. V.Exa. pode ter certeza de que o que eu fiz ali foi pedir: ajude-me, Deputado, a não deixar tirarem dinheiro do Buritizinho. Foi só isso. É para V.Exa. me ajudar. Hoje eu preciso é de ajuda para que o Buritizinho possa ter a sua infraestrutura completa. V.Exa. é um homem da Economia, e eu sou do Direito, não entendo nada de Economia. Ajude-me na Economia, e, quando V.Exa. precisar do Direito, eu ajudo V.Exa. também. Ou seja, uma mão lava a outra, e as duas lavam a cara.

Era isso que eu queria falar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não sou do Direito e não sou da Economia, sou da Vigilância. Esse é o papel: ficar aqui vigilante o tempo todo.

Na verdade, nós detectamos – e aí é bom que se diga: louvo a Liderança do PMDB – de onde os recursos estavam saindo. Nós detectamos, por exemplo, que estavam tirando recursos do Porto Rico; do Pôr do Sol; do Sol Nascente; de residências que precisam ser construídas para tirar o pessoal que está em área de risco no Sol Nascente; recursos lá da Arniqueiras, que é a base da Deputada Telma Rufino; recursos do Corredor Oeste, que é a chamada Linha Verde; recursos do Buritizinho – lá na hora eu falei: mexeu no Buritizinho, vamos ter tiro, por causa do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Deputado Dr. Michel. Portanto, foi isso aí que nós levantamos. E a Casa compreendeu.

No que tange à emenda do Deputado Ricardo Vale, é meu papel defender os meus liderados, Deputado Agaciel Maia. Esse é o papel do Líder. Se o Líder não defender os liderados, o Líder não serve para nada. Este é o papel do Líder: defender os liderados. A emenda do Deputado Ricardo Vale é exatamente no sentido de um acordo que tinha sido acertado aqui e que não foi cumprido.

No que tange ao cumprimento das emendas, Deputado Wellington Luiz, está na hora realmente de fazermos valer o orçamento impositivo – que é para obras, não é para festas –, porque, se o Deputado não tiver direito à emenda impositiva para aquilo que ele conversou com a população e apresentou, não faz mais sentido. É brincadeira, é fazer política de faz-de-conta. Chega lá e diz: “Apresentei emendas para tais e tais áreas. Não vai sair nada!”. Serviu para quê? Portanto, a emenda tem que ser impositiva para obra; para festa, eu não defendo. Festa quem quiser que faça, mas para obra tem que ser impositiva. Essa é a defesa que eu faço.

Dito isso, quero dizer que nós estamos retirando também a obstrução, até porque, se não retirássemos, não haveria *quorum*.

Por último, eu quero aproveitar a presença aqui da Presidenta do SLU e dizer que eles estão tomando uma medida que, do meu ponto de vista, é muito ruim. Eu moro em cidade-satélite, eu moro na Ceilândia, moro lá no P Sul. Antes o carro de lixo passava todo dia de manhã. Então, a gente levantava cedo, botava lá o lixo, ele passava e recolhia. Depois, passaram para a noite – e não foi na gestão de V.Exa., foi ainda no governo anterior – sem avisar nada para a gente. Nós nos acostumamos a botar o lixo à noite. Há vezes em que ele passa às 21h, há vezes em que ele passa de madrugada. E agora eu estou sabendo – V.Exa. disse isso hoje –que vão mandar passar em dias alternados, ou seja, vai passar dia sim, dia não.

Só que há uma prática no Distrito Federal da coleta de lixo todo dia. As casas lá da Ceilândia, do P Sul, do Sol Nascente – no Sol Nascente nem coleta há – são muito pequenas. Como é que vão acumular lixo de dois dias lá? Dá um fedor desgraçado. Portanto, é preciso que o lixo continue sendo recolhido todos os dias. Se vai fazer em dias alternados – dia sim, dia não –, que pelo menos debata com a sociedade primeiro, com a dona de casa, que é quem cuida daquele lixo. Não podem tomar uma medida dessa sem as pessoas tomarem conhecimento.

A minha rua, hoje mesmo, está fedendo, porque foi colocado o lixo lá de noite, o caminhão não passou, e ainda aparecem uns cachorros, uns cavalos, uns bichos para rasgar o lixo. Por quê? Porque agora já estão fazendo a coleta em dia sim, dia não, o que eu acho, em Brasília, péssimo.

Estamos retirando a obstrução, e vamos votar nos termos estabelecidos aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Chico Vigilante, mais uma vez, quero agradecer a V.Exa. e parabenizá-lo, porque V.Exa. realmente discute, mas, no final, o bom senso sempre prevalece, como acabou de relatar. Quero agradecer o fato de o PT ter retirado a obstrução.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação ao que está sendo votado hoje aqui, esse projeto do remanejamento de verbas, quero esclarecer o seguinte: dinheiro não dá em árvore nem cai do céu, a não ser quando o Sílvio Santos sobe no seu helicóptero e joga dinheiro lá de cima para a população. Fora isso, não há. Então, para que o governo possa saldar as suas dívidas, ele precisa remanejar de algum lugar. Ele tem que ter essa fonte.

Eu estou feliz porque não se tirou dinheiro do Buritizinho. Se tivesse sido tirado, eu iria fazer jus às palavras do Deputado Dr. Michel, porque tirar dinheiro do Buritizinho não seria uma boa ideia, como eu não iria ficar muito satisfeito se tirassem dinheiro, por exemplo, de São Sebastião, que também não tem, ou do Riacho Fundo.

Então, resumindo, eu sei que é importante votar o projeto, uma vez que já foram feitas essas correções. Precisamos realmente definir isso.

Quero aproveitar a oportunidade em que a Presidente do SLU está presente nesta Casa, para pedir que reveja a situação dos garis, que, numa só noite, percorrem mais de 35 quilômetros – todos os dias. A meu ver, deveriam rever os trechos dos garis e também as condições em que esses trabalhadores humildes exercem as suas funções. Sem contar também que as empresas que ganham as licitações não são obrigadas a colocarem à disposição desses trabalhadores nenhuma UTI móvel que possa dar assistência a esses trabalhadores quando se acidentam. Eles também precisam de atenção do Estado. Ficam à mercê do HRAN ou de alguma UTI do Samu que, por acaso, esteja disponível. Então, é importante que a própria unidade tenha a sua UTI móvel próxima ao trecho onde está sendo feito o trabalho.

São essas ponderações que eu faço.

Quero dizer que sou a favor de se votar esse projeto o mais urgente possível, para que o Serviço de Limpeza Urbana não pare e que também possamos moralizar esse serviço o mais rápido possível.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Continua em discussão.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero rapidamente fazer um registro no plenário desta Casa, porque recentemente me pronunciei sobre essa matéria. É o Decreto nº 35.851, de 2014, que foi editado pelo Governador Agnelo Queiroz.

O Tribunal de Contas, no dia de hoje, reconhece a absoluta legitimidade e a propriedade do decreto. Para o Tribunal, a medida não violenta qualquer fase do concurso público, já que a reapreciação dos atos que efetivarão os militares aprovados *sub judice* será feita após a realização de novos...

Perdão, Sr. Presidente, eu tentei ler a matéria.

Esse decreto viabiliza o equacionamento daquelas fases do concurso dos bombeiros e policiais militares que entraram *sub judice*. Isso atinge aproximadamente oitocentos policiais.

Eu aproveito para pedir que o governo dê desdobramento a isso, principalmente na Polícia Militar.

Cumprimento o Coronel Hamilton, que há bastante tempo já vem processando dentro do Corpo de Bombeiros os novos testes de aptidão física, os exames médicos, biomédicos ou complementares, os testes toxicológicos, os exames psicológicos e os exames práticos instrumentais. Isso vem trazer uma tranquilidade às tropas daqui do Distrito Federal. Há policiais que têm quinze anos de corporação, Sr. Presidente, e hoje estão correndo o risco de serem excluídos da tropa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 425, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
12   05   2015	17h	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uma audiência pública que será realizada fora da Casa ainda neste mês. Eu pediria aos nobres Deputados que pudessemos colocar o item em pauta para ser votado ainda hoje. Se possível fosse.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Acato a solicitação de V.Exa. e incluo o item na próxima sessão extraordinária.

Convoco as Sras. e Srs. Deputados para sessão extraordinária a iniciar imediatamente após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 425, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$165.073.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões, setenta e três mil reais)”.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h39min.)